



CADERNO DE ENCARGOS

Aquisição de EPIs para as Brigadas de Sapadores
da CIM do Tâmega e Sousa
Consulta Prévia

CPV 18143000-3

Penafiel, março de 2025

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS.....	3
Cláusula 1. ^a – Objeto.....	3
Cláusula 2. ^a – Contrato	3
Cláusula 3. ^a – Preço Base	3
Cláusula 4. ^a – Prazo de execução do contrato	4
Cláusula 5. ^a – Esclarecimento de dúvidas na interpretação dos documentos que regem a prestação do contrato	4
Cláusula 6. ^a – Entrega dos Bens.....	4
Cláusula 7. ^a – Preço contratual.....	4
Cláusula 8. ^a – Condições de pagamento	5
Cláusula 9. ^a – Revisão de preços e adiantamentos	5
Cláusula 10. ^a – Obrigações da entidade adjudicante	5
Cláusula 11. ^a – Obrigações principais do adjudicatário	6
Cláusula 12. ^a – Dever de sigilo.....	6
Cláusula 13. ^a – Proteção de dados pessoais	6
Cláusula 14. ^a – Subcontratação e cessão da posição contratual.....	7
Cláusula 15. ^a – Modificações objetivas do contrato.....	7
Cláusula 16. ^a – Força maior	8
Cláusula 17. ^a – Penalidades contratuais.....	9
Cláusula 18. ^a – Resolução do contrato pela entidade adjudicante	9
Cláusula 19. ^a – Resolução por parte do adjudicatário	9
Cláusula 20. ^a – Foro competente.....	9
Cláusula 21. ^a – Legislação aplicável	10
Cláusula 22. ^a – Comunicações e notificações.....	10
Cláusula 23. ^a – Contagem dos prazos	10
Cláusula 24. ^a – Gestor do contrato.....	10
PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS.....	10
Cláusula 25. ^a – Enquadramento e objetivos	10
Cláusula 26. ^a – Equipa afeta à execução do contrato.....	10
Cláusula 27. ^a – Elementos técnicos	11

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.ª – Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de bens para “EPIs para as Brigadas de Sapadores Florestais da CIM do Tâmega e Sousa”.
2. A aquisição destes bens cumprirá com as especificações técnicas constantes do presente caderno de encargos.

Cláusula 2.ª – Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) O suprimento dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pela entidade adjudicante;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª – Preço base

1. O preço base para a elaboração do serviço a contratar é de 25.875,00€ (vinte e cinco mil oitocentos e setenta e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O valor base está desagregado, por Lotes, da seguinte forma:

- a. Lote 1 – 12.937,50€ (doze mil novecentos e trinta e sete euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- b. Lote 2 – 12.937,50€ (doze mil novecentos e trinta e sete euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 4.ª – Prazo de execução do contrato

1. O adjudicatário obriga-se a concluir o fornecimento de bens, com todos os elementos referidos no caderno de encargos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da celebração do contrato.
2. Os prazos previstos no número anterior podem ser prorrogados por iniciativa da Entidade Adjudicante ou a requerimento do adjudicatário devidamente fundamentado.

Cláusula 5.ª – Esclarecimento de dúvidas na interpretação dos documentos que regem a prestação do contrato

1. As dúvidas que o adjudicatário tenha na interpretação dos documentos por que se rege a prestação de serviços devem ser submetidas à Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIM do Tâmega e Sousa) antes do início da execução da prestação de serviços a que respeitam.
2. No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução da prestação de serviços a que dizem respeito, deverá o adjudicatário submetê-las, imediatamente, à CIM do Tâmega e Sousa juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.
3. A falta de cumprimento do disposto no número anterior torna o adjudicatário responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito.

Cláusula 6.ª – entrega dos bens

O fornecimento de bens objeto do contrato serão entregues nos locais indicados pela entidade adjudicante.

Cláusula 7.ª – Preço contratual

1. Pelo fornecimento de bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deverá pagar ao adjudicatário o valor da proposta apresentada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas

de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 8.ª – Condições de pagamento

1. A(s) quantia(s) devidas pela Entidade Adjudicante nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a receção pela Entidade Adjudicante das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. As faturas deverão ser emitidas em nome da CIM do Tâmega e Sousa, com referência ao n.º do Compromisso.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 3 as faturas serão pagas, através de cheque ou transferência bancária, para número de identificação bancária e instituição de crédito indicada pelo prestador de serviços.
5. Em caso de discordância por parte da CIM do Tâmega e Sousa, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Cláusula 9.ª – Revisão de preços e adiantamentos

Não há direito a revisão de preços e não haverá lugar a adiantamentos nem a prémios por cumprimento antecipado.

Cláusula 10.ª – Obrigações da entidade adjudicante

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e nos documentos contratuais, a CIM do Tâmega e Sousa obriga-se a colaborar de boa-fé na execução do contrato, fornecendo ao Adjudicatário as informações e esclarecimentos que, de acordo com as melhores técnicas, práticas e normas da indústria, exigíveis a profissionais experimentados e qualificados, aquele lhe solicite.

Cláusula 11.ª – Obrigações principais do adjudicatário

1. O adjudicatário compromete-se com o cumprimento das obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato.
2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. O adjudicatário deve garantir condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores que exercem funções, e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.

Cláusula 12.ª – Dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa aos Municípios de Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Penafiel e Resende e à CIM do Tâmega e Sousa, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O prestador de serviços deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 13.ª – Proteção de dados pessoais

Na realização de quaisquer trabalhos no âmbito do contrato, o adjudicatário obriga-se a cumprir todas as normas constantes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (cf. REGULAMENTO (UE) 2016/679 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 27 de abril de 2016) (RGPD), em particular no que diz respeito aos artigos 28.º a 32.º.

- a) No que se refere ao tratamento de dados pessoais, pelo adjudicatário, deverá circunscrever-se apenas à informação fornecida pela entidade adjudicante.
- b) Em circunstância alguma o adjudicatário procederá à recolha de dados pessoais no decorrer da execução da prestação de serviços;
- c) O adjudicatário deverá a qualquer altura, por solicitação da entidade adjudicante, ser capaz de prestar provas de todas as atividades de tratamento dos dados sob a sua responsabilidade, tal como previsto no n.º 2 do artigo 30.º do RGPD, sem prejuízo de adotar as medidas técnicas e organizativas adequadas em ordem à satisfação das disposições do RGPD.
- d) O disposto nos números antecedentes não prejudica, caso se revele necessário, celebrar contrato avulso a que se refere o artigo 28.º, n.º 3, do RGPD.

Cláusula 14.ª – Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer uma das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

Cláusula 15.ª – Modificações objetivas do contrato

1. Sem prejuízo do disposto nos artigos 312.º e 313.º, ambos do CCP, o contrato poderá ser modificado, desde que sejam cumpridos os seguintes requisitos cumulativos:
 - a) Por acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene do que a do contrato;
 - b) Não poderá resultar num aumento do preço contratual;
 - c) O prazo de execução do contrato não poderá ser considerado fator ou subfactor que densifique o critério de adjudicação em termos de proposta economicamente mais vantajosa.
 - d) Os aspetos relacionados com a modificação do contrato não poderão estar submetidos pelo caderno de encargos à concorrência de mercado.
2. No caso dos contratos não sujeitos a forma escrita, salvo previsão expressa no programa de procedimento e nas situações previstas no artigo 95.º, n.º 1, do CCP, constituirá forma bastante a junção ao processo administrativo de documento comprovativo da aceitação da modificação por parte do cocontratante e o despacho de aprovação por parte da entidade adjudicante.
3. Encontram-se na previsão da alínea c) do n.º 1, os contratos plurianuais que, por motivo fundamentado, não possam ser objetivamente executados no período inicialmente previsto.

Cláusula 16.ª – Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Prestador de Serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, constituem casos de força maior, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de Serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Prestador de Serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou
 - d) de outra forma resultantes do incumprimento pelo Prestador de Serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - e) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Prestador de Serviços de normas legais;
 - f) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de Serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - g) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de Serviços não devidas a sabotagem;
 - h) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 17.ª – Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a CIM do Tâmega e Sousa pode exigir do fornecedor o pagamento de uma multa pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos da legislação em vigor.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a CIM do Tâmega e Sousa tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
3. Se o valor acumulado das penalidades previstas na presente cláusula for igual ou superior 20% (vinte por cento) do preço contratual, a CIM do Tâmega e Sousa poderá resolver o Contrato.
4. As penalidades serão aplicadas mediante notificação ao adjudicatário.
5. A aplicação de penalidades está sujeita a audiência prévia do adjudicatário.
6. A aplicação de penalidades não tem a natureza de cláusula penal, não prejudicando direito da CIM do Tâmega e Sousa de ser ressarcido nos termos gerais de Direito pelos prejuízos causados pelo incumprimento das obrigações do adjudicatário.

Cláusula 18.ª – Resolução do contrato pela entidade adjudicante

1. O incumprimento do contrato por qualquer das partes contratantes dará à parte não faltosa o direito de o resolver nos termos gerais do direito.
2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviço e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.

Cláusula 19.ª – Resolução por parte do adjudicatário

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

Cláusula 20.ª – Foro competente

Para a resolução de qualquer litígio resultante da execução do contrato é competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 21.ª – Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, designadamente pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, pelo CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e demais legislação complementar.

Cláusula 22.ª – Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 23.ª – Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, sendo considerados sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 24.ª – Gestor do contrato

São designados como gestores do contrato, a quem compete acompanhar permanentemente a execução deste: Alexandre Vieira e, em substituição deste, Rui Morêda.

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 25.ª – Enquadramento e objetivos

Os bens fornecidos devem obrigatoriamente cumprir as características técnicas estipuladas no Anexo III do Manual de Equipamento de Equipas de Sapadores Florestais, do ICNF, com data de julho de 2022.

Cláusula 26.ª – Equipa afeta à execução do contrato

A equipa afeta à gestão do contrato será a Equipa Multidisciplinar de Ambiente e Território.

Cláusula 27.^a – Elementos técnicos

a) Lote 1

Equipamento	Un.	Normas técnicas
Capacete de silvicultura com viseira metálica, suporte de viseira e protetores auditivos	15	EN 352-3 26Db + EN 1731. Capacete de alta qualidade e ultra leve específico para trabalhos silvícolas. Peso: <675 g. Ajustável. Banda de suor amovível e lavável. Fornecido com os vários acessórios de proteção individual necessários ao trabalho com motorroçadora ou motosserra. Viseira com elevada transparência. Polietileno. Cor amarela.
Óculos de proteção para motorroçadora e motosserra (MRMS)	15	EN 166:2001 + EN 170:2002. Óculos leves e simples destinados à proteção dos olhos das projeções de materiais diversos. Apropriados para pessoas que usam óculos. A proteção total contra os raios ultravioleta, frontal e lateralmente. Armação em plástico + Lentes em plástico. Transparentes.
Dólmán de silvicultura	15	EN 340. Construção ergonómica, abrangendo a proteção do tronco e anca. Malha respirável e elástica nas costas para permitir movimento amplo dos membros superiores. Forro em rede de algodão na parte superior da costa com abertura de respiro. Pontos de rutura reforçados. Faixas segmentadas monobanda retro refletora cinza nos braços e tronco. 2 Bolsos frontais superiores e 2 bolsos frontais inferiores, todos com pala (à respetiva cor do pano de fundo). Costuras duplas e triplas reforçadas. Escapulário frente e costas e manga em cor contraste. Reforços em preto. Sarja acetinada. Gramagem: 245g/m2. Composição: 60% Algodão + 38% Poliéster + 2% Elastano. Resistência ao suor, luz solar e lavagens: nível 5. Verde florestal menta pantone 17-6333 TCX no tronco inferior + amarelo florestal vibrante pantone 13-0858 TCX no tronco superior e mangas + Preto nos ombros e cotovelleiras.
Calças de silvicultura	15	EN 340. Calça com suspensórios. Cós sobrelevado atrás. 6 Bolsos, dois oblíquos frontais, dois traseiros e dois laterais. Braguilha com fecho. Cinto com botão interno e mola de pressão. 6 Passadores largos. Reforço entre pernas. Pontos de rutura reforçados. Costuras duplas e triplas. Faixas segmentadas monobanda retro refletora de cor cinza abaixo do joelho. Ajuste na inferior da perna por bainha simples, levando no interior um cone de malha que ajusta na bota; Joelheira interior de neopreme amovível. Sarja acetinada. Gramagem: 245g/m2. Composição: 60% Algodão + 38% Poliéster + 2% Elastano. Resistência ao suor, luz solar e lavagens: nível 5. Verde florestal menta pantone 17-6333 TCX
Capacete de combate a incêndios rurais	15	EN 16471:2014 + EN 16473:2014 + EN 12492:2012. Capacete altamente resistente a choques, temperatura e matérias químicas, Certificação para combate a incêndios florestais, operações de socorro/resgate, montanhismo e uso industrial. Resistente a chama. Sistema de ajustamento rápido por patilhas sobre catraca. Ajustável em 5 pontos. Desenho ergonómico. Tiras retrorrefletoras de cor amarela. Banda de ajustamento perimetral coberta por pele macia. Possibilidade de ajustamento da distância da cabeça à calote do capacete. Calote do capacete em termoplástico resistente a altas temperaturas. Resistente à deformação lateral. Comprimento do capacete entre 280 mm e 300mm. Altura entre 180 mm e 190 mm. Largura do capacete entre 235mm e 245mm. Peso sem acessórios entre 650 g e 700 g. Garantia

		vitalícia. Elementos externos do capacete ignífugos. Cores branco para chefes de brigada ou superiores e amarelo para restantes.
Dólmán ignífugo	15	<p>EN1149-5; EN ISO 11612; EN 15614; EN ISO 14116. Construção ergonómica. Proteção abrangente do tronco e da anca. Encaixe de malha ignífuga nas costas para permitir movimento amplo dos membros superiores. Forro de rede tridimensional em algodão nas zonas de maior impacto da radiação. Pontos de rutura reforçados. Faixas segmentadas tribanda retro refletoras nos braços e tronco. 2 Bolsos frontais superiores e 2 frontais inferiores, todos com pala. Colarinho amplo e ajustável. Encaixe de dedo polegar no punho interno; Respiro funcional nas costas oculto.</p> <p>Certificação exigida para todos os materiais usados no equipamento como ignífugos permanentes. Costuras duplas e triplas reforçadas. Sistema de DRD com fita de resgate interna, com comprimento bastante para que a pega não fique debaixo da nuca, com acesso pela pala na superior das costas. Sarja ripstop respirável. 75% Aramida “Kermel” + 23% Pararamida + 2% Anti estático. Gramagem: 200 g/m2. Resistência ao suor, luz solar e lavagens: nível 5. Corpo amarelo florestal vibrante pantone 13-0858 TCX + Ombros e cotovelos em verde noite florestal 19-0414 TCX + Cintura verde noite florestal 19-0414 TCX e amarelo florestal vibrante pantone 13-0858 TCX.</p>
Camisola interior de manga comprida ignífuga	30	<p>EN ISO 14116 + EN ISO 11612. Camisola interior com costuras em baixo relevo com elasticidade e respirável. Na zona da axila leva malha ignífuga e mais respirável que a usada na base. Malha interlock. Gramagem: 210 g/m2. Composição 50% Modacrílico + 50% Algodão. Resistente ao suor, luz solar e lavagens: nível 5. Cinza água pantone 15-5205 TCX.</p>
Calça ignífuga	15	<p>EN1149-5 + EN ISO 11612 + EN 15614 + EN ISO 14116. Calça com suspensórios, de construção ergonómica, com proteção abrangente das pernas, 6 bolsos, reforço entre pernas, forro de rede tridimensional em algodão nas zonas de maior impacto da radiação, cinta com passadores largos e elásticos nas laterais para auto ajuste, pontos de rutura reforçados, faixas segmentadas tribanda retro refletoras e de alta visibilidade abaixo do joelho. Joelheira dupla de tecido, dois bolsos de faca, dois traseiros e dois nas laterais com paleta de proteção.</p> <p>Certificação exigida para todos os materiais usados no equipamento como ignífugos permanentes, costuras duplas e triplas reforçadas, ajuste na parte inferior da perna por bainha simples, levando no interior um cone de malha ignífuga que ajusta na bota.</p> <p>Joelheira de neopreme amovível inserta internamente. Sarja ripstop respirável. Composição: 75% Aramida “Kermel” + 23% Pararamida + 2% Anti-estático. Gramagem: 200 g/m2. Resistência ao suor, luz solar e lavagens: nível 5. Verde noite florestal 19-0414 TCX.</p>
Meias ignífugas (Par)	60	<p>EN 340. Meia de cano sem garrote no topo, com reforço cardado nos dedos e calcanhar. Malha elástica. 80% Algodão + 17% Polyamida + 3% Elastano. Gramagem: 380 g/m2, com tratamento retardante à chama para 25 lavagens. Preto.</p>

Botas combate a incêndios em espaço natural	15	EN 15090 + ENISO 20345. Fabricadas em pele impermeável, hidrofóbica, respirável, resistente a químicos e com 2,4 a 2,6 mm de espessura. O cano é confeccionado em pele impermeável, hidrofóbica e com espessura de 1 a 1,2 mm. A sola deve possuir perfil exterior em borracha com espessura mínima de 5mm de acordo com o ponto 5.8.1.1 da EN ISO 20345. Sistema com forro de 4 camadas, resistentes à abrasão e terem acolchoado com fina camada de espuma respirável. Membrana em Gore-tex (membrana PTFE) que lhes garanta impermeabilidade, respirabilidade e resistência química. Língua anatômica e acolchoada com gancho de fixação central onde passam os cordões ignífugos, suportados através de um sistema de 9 pares de ilhós fechados. A palmilha é anti torção em Poliéster/Polipropileno, anatômica, destacável, lavável, com rápida absorção da humidade e rápida secagem. A sola é em borracha rígida, antiderrapante, anti estática e resistente a hidrocarbonetos, com exterior em TPU (Poliuretano Térmico) conferindo-lhes alta resistência térmica. Terão de estar disponíveis entre os tamanhos 37 a 46. Membrana Gore-Tex e outros. Preto.
Gorro de aquecimento	15	EN 340. Malha com elasticidade mecânica. Capaz de reter o calor, mas com respirabilidade para evitar desconforto térmico. Malha canelada. Fibra com 50% Lã + 50% Acrílico. Gramagem: 500 g/m2. Verde. Inscrição "SAPADORES FLORESTAIS" bordada a cinza na frente.
Camisola interior de manga curta	60	EN 340. Gola com costura dupla. Todas as costuras laterais em baixo relevo. Elasticidade e corte não justo. Malha jersey. Composição: 100% algodão penteado. Gramagem: 155 a 160 g/m2. Resistência ao suor, luz solar e lavagens: nível 4-5. Cor cinza água pantone 15-5205 TCX.
Camisola interior de manga comprida	60	EN 340. Gola com costura dupla. Todas as costuras laterais em baixo relevo. Elasticidade e corte sem ser justo. Malha jersey. Composição: 100% Algodão penteado. Gramagem: 185 a 190 g/m2. Resistência ao suor, luz solar e lavagens: nível 4-5. Cor cinza água pantone 15-5205 TCX.

b) Lote 2

Equipamento	Un.	Normas técnicas
Capacete de silvicultura com viseira metálica, suporte de viseira e protetores auditivos	15	EN 352-3 26Db + EN 1731. Capacete de alta qualidade e ultra leve específico para trabalhos silvícolas. Peso: <675 g. Ajustável. Banda de suor amovível e lavável. Fornecido com os vários acessórios de proteção individual necessários ao trabalho com motorroçadora ou motosserra. Viseira com elevada transparência. Polietileno. Cor amarela.
Óculos de proteção para motorroçadora e motosserra (MRMS)	15	EN 166:2001 + EN 170:2002. Óculos leves e simples destinados à proteção dos olhos das projeções de materiais diversos. Apropriados para pessoas que usam óculos. A proteção total contra os raios ultravioleta, frontal e lateralmente. Armação em plástico + Lentes em plástico. Transparentes.

Dólmán de silvicultura	15	EN 340. Construção ergonómica, abrangendo a proteção do tronco e anca. Malha respirável e elástica nas costas para permitir movimento amplo dos membros superiores. Forro em rede de algodão na parte superior da costa com abertura de respiro. Pontos de rutura reforçados. Faixas segmentadas monobanda retro refletora cinza nos braços e tronco. 2 Bolsos frontais superiores e 2 bolsos frontais inferiores, todos com pala (à respetiva cor do pano de fundo). Costuras duplas e triplas reforçadas. Escapulário frente e costas e manga em cor contraste. Reforços em preto. Sarja acetinada. Gramagem: 245g/m2. Composição: 60% Algodão + 38% Poliéster + 2% Elastano. Resistência ao suor, luz solar e lavagens: nível 5. Verde florestal menta pantone 17-6333 TCX no tronco inferior + amarelo florestal vibrante pantone 13-0858 TCX no tronco superior e mangas + Preto nos ombros e cotoveleiras.
Calças de silvicultura	15	EN 340. Calça com suspensórios. Cós sobrelevado atrás. 6 Bolsos, dois oblíquos frontais, dois traseiros e dois laterais. Braguilha com fecho. Cinto com botão interno e mola de pressão. 6 Passadores largos. Reforço entre pernas. Pontos de rutura reforçados. Costuras duplas e triplas. Faixas segmentadas monobanda retro refletora de cor cinza abaixo do joelho. Ajuste na inferior da perna por bainha simples, levando no interior um cone de malha que ajusta na bota; Joelheira interior de neopreme amovível. Sarja acetinada. Gramagem: 245g/m2. Composição: 60% Algodão + 38% Poliéster + 2% Elastano. Resistência ao suor, luz solar e lavagens: nível 5. Verde florestal menta pantone 17-6333 TCX
Capacete de combate a incêndios rurais	15	EN 16471:2014 + EN 16473:2014 + EN 12492:2012. Capacete altamente resistente a choques, temperatura e matérias químicas, Certificação para combate a incêndios florestais, operações de socorro/resgate, montanhismo e uso industrial. Resistente à chama. Sistema de ajustamento rápido por patilhas sobre catraca. Ajustável em 5 pontos. Desenho ergonómico. Tiras retrorrefletoras de cor amarela. Banda de ajustamento perimetral coberta por pele macia. Possibilidade de ajustamento da distância da cabeça à calote do capacete. Calote do capacete em termoplástico resistente a altas temperaturas. Resistente à deformação lateral. Comprimento do capacete entre 280 mm e 300mm. Altura entre 180 mm e 190 mm. Largura do capacete entre 235mm e 245mm. Peso sem acessórios entre 650 g e 700 g. Garantia vitalícia. Elementos externos do capacete ignífugos. Cores branco para chefes de brigada ou superiores e amarelo para restantes.
Dólmán ignífugo	15	EN1149-5; EN ISO 11612; EN 15614; EN ISO 14116. Construção ergonómica. Proteção abrangente do tronco e da anca. Encaixe de malha ignífuga nas costas para permitir movimento amplo dos membros superiores. Forro de rede tridimensional em algodão nas zonas de maior impacto da radiação. Pontos de rutura reforçados. Faixas segmentadas tribanda retro refletoras nos braços e tronco. 2 Bolsos frontais superiores e 2 frontais inferiores, todos com pala. Colarinho amplo e ajustável. Encaixe de dedo polegar no punho interno; Respiro funcional nas costas oculto. Certificação exigida para todos os materiais usados no equipamento como ignífugos permanentes. Costuras duplas e triplas reforçadas. Sistema de DRD com fita de resgate interna, com comprimento bastante para que a pega não fique debaixo da nuca, com acesso pela pala na superior das costas. Sarja ripstop respirável. 75% Aramida “Kermel” + 23% Pararamida + 2% Anti estático. Gramagem: 200 g/m2. Resistência ao suor, luz solar e lavagens: nível 5. Corpo amarelo florestal vibrante pantone 13-0858 TCX + Ombros e cotovelos em verde noite florestal 19-0414 TCX + Cintura verde noite florestal 19-0414 TCX e amarelo florestal vibrante pantone 13-0858 TCX.

Camisola interior de manga comprida ignífuga	30	EN ISO 14116 + EN ISO 11612. Camisola interior com costuras em baixo relevo com elasticidade e respirável. Na zona da axila leva malha ignífuga e mais respirável que a usada na base. Malha interlock. Gramagem: 210 g/m2. Composição 50% Modacrílico + 50% Algodão. Resistente ao suor, luz solar e lavagens: nível 5. Cinza água pantone 15-5205 TCX.
Calça ignífuga	15	EN1149-5 + EN ISO 11612 + EN 15614 + EN ISO 14116. Calça com suspensórios, de construção ergonómica, com proteção abrangente das pernas, 6 bolsos, reforço entre pernas, forro de rede tridimensional em algodão nas zonas de maior impacto da radiação, cinta com passadores largos e elásticos nas laterais para auto ajuste, pontos de rutura reforçados, faixas segmentadas tribanda retro refletoras e de alta visibilidade abaixo do joelho. Joelheira dupla de tecido, dois bolsos de faca, dois traseiros e dois nas laterais com paleta de proteção. Certificação exigida para todos os materiais usados no equipamento como ignífugos permanentes, costuras duplas e triplas reforçadas, ajuste na parte inferior da perna por bainha simples, levando no interior um cone de malha ignífuga que ajusta na bota. Joelheira de neopreme amovível inserta internamente. Sarja ripstop respirável. Composição: 75% Aramida “Kermel” + 23% Pararamida + 2% Anti-estático. Gramagem: 200 g/m2. Resistência ao suor, luz solar e lavagens: nível 5. Verde noite florestal 19-0414 TCX.
Meias ignífugas (Par)	60	EN 340. Meia de cano sem garrote no topo, com reforço cardado nos dedos e calcanhar. Malha elástica. 80% Algodão + 17% Polyamida + 3% Elastano. Gramagem: 380 g/m2, com tratamento retardante à chama para 25 lavagens. Preto.
Botas combate a incêndios em espaço natural	15	EN 15090 + ENISO 20345. Fabricadas em pele impermeável, hidrofóbica, respirável, resistente a químicos e com 2,4 a 2,6 mm de espessura. O cano é confeccionado em pele impermeável, hidrofóbica e com espessura de 1 a 1,2 mm. A sola deve possuir perfil exterior em borracha com espessura mínima de 5mm de acordo com o ponto 5.8.1.1 da EN ISO 20345. Sistema com forro de 4 camadas, resistentes à abrasão e terem acolchoado com fina camada de espuma respirável. Membrana em Gore-tex (membrana PTFE) que lhes garanta impermeabilidade, respirabilidade e resistência química. Língua anatómica e acolchoada com gancho de fixação central onde passam os cordões ignífugos, suportados através de um sistema de 9 pares de ilhós fechados. A palmilha é anti torção em Poliéster/Polipropileno, anatómica, destacável, lavável, com rápida absorção da humidade e rápida secagem. A sola é em borracha rígida, antiderrapante, anti estática e resistente a hidrocarbonetos, com exterior em TPU (Poliuretano Térmico) conferindo-lhes alta resistência térmica. Terão de estar disponíveis entre os tamanhos 37 a 46. Membrana Gore-Tex e outros. Preto.
Gorro de aquecimento	15	EN 340. Malha com elasticidade mecânica. Capaz de reter o calor, mas com respirabilidade para evitar desconforto térmico. Malha canelada. Fibra com 50% Lã + 50% Acrílico. Gramagem: 500 g/m2. Verde. Inscrição “SAPADORES FLORESTAIS” bordada a cinza na frente.
Camisola interior de manga curta	60	EN 340. Gola com costura dupla. Todas as costuras laterais em baixo relevo. Elasticidade e corte não justo. Malha jersey. Composição: 100% algodão penteado. Gramagem: 155 a 160 g/m2. Resistência ao suor, luz solar e lavagens: nível 4-5. Cor cinza água pantone 15-5205 TCX.

Camisola interior de manga comprida	60	EN 340. Gola com costura dupla. Todas as costuras laterais em baixo relevo. Elasticidade e corte sem ser justo. Malha jersey. Composição: 100% Algodão penteado. Gramagem: 185 a 190 g/m2. Resistência ao suor, luz solar e lavagens: nível 4-5. Cor cinza água pantone 15-5205 TCX.
-------------------------------------	----	--

<https://www.icnf.pt/florestas/gfr/sapadoresflorestais/sfnormas>